

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.828 - RO (2020/0040973-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : NAURO SOARES DE LIMA
ADVOGADOS : RODRIGO TOSTA GIROLDO - RO004503
MARCOS ROGERIO SCHMIDT - RO004032
RECORRIDO : COOPERATIVA DOS PRODUTOS DE HORTIFRUTIG BRASIL
NORTE LTDA
ADVOGADO : FÁBIO LEANDRO AQUINO MAIA - RO001878
RECORRIDO : BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADO : GILBERTO SILVA BONFIM - RO001727
RECORRIDO : HB PARTICIPACOES LTDA
RECORRIDO : OTAVIO SCALCON
ADVOGADOS : GILSON ELY CHAVES DE MATOS - RO001733
ESTEVAN SOLETTI - RO003702

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim ementado:

Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Subrogação do crédito. Direito de remição antes da adjudicação. Questionamento acerca do valor do débito.

Na subrogação convencional, em que credor recebe o pagamento de terceiro e expressamente lhe transfere todos os seus direitos, o subrogado passa a integrar o polo ativo da demanda em substituição ao subroгатário, transferindo-se todos os direitos, ações, privilégios e garantias de que esse último era titular.

A remição da execução pode ser feita pelo pagamento ou consignação da dívida devidamente atualizada. O questionamento do valor do débito não suspende o ato de adjudicação, mormente se o valor do débito já foi homologado nos autos.

Opostos dois embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, II a IV, 877, 1.015, parágrafo único, 1.022, parágrafo único, II e III, 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil e 349 e 360, III, do Código Civil. Pede, ainda, a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial, nos termos do artigo 1.029, § 5º, III, do Código de Processo Civil.

Merece reforma o acórdão recorrido.

Com efeito, contra o acórdão que julgou o agravo de instrumento, o ora recorrente opôs dois embargos de declaração, ao argumento de omissão no julgado

quanto "à novação do crédito exequendo, que reduziu a execução do valor de R\$10.020.049,72 para o valor da dívida novada, renegociada ainda com o BASA, no importe de R\$2.909.761,33" (fl. 395/e-STJ).

Das razões dos segundos embargos de declaração, extraio, também:

Para isto foram utilizados dois argumentos no agravo de instrumento: o primeiro destaca que a decisão agravada deixou de levar em consideração a existência de novação entre os agravados e o Banco da Amazônia (1); o segundo, discute a natureza da sub-rogação realizada, ou seja, se foi legal ou convencional (2).

No julgamento do agravo de instrumento esta corte deliberou decidindo pela natureza convencional da sub-rogação realizada entre os embargados e o BASA, ocorre que nada mencionou no acórdão acerca da novação que modificou o valor do crédito, circunstância esta que torna irrelevante se a sub-rogação foi legal ou não.

(...)

Conforme consta dos autos, os embargante postulam uma suposta dívida de R\$10.020.049,72, enquanto realizaram pagamento de dívida novada, renegociada, no importe de R\$2.909.761,33 (aproximadamente 4 milhões de reais atualmente), sendo que não houve apreciação em momento algum da questão referente à novação realizada.

Destaca-se, ainda que, não obstante a menção na decisão embargada de que o valor de R\$ 10.020.049,72 havia sido homologado pelo juízo, tal afirmação dos embargados não possui qualquer guarida na realidade processual, isto porque não há decisão homologando cálculos: a verdade é que após a juntada da renegociação da dívida com a respectiva sub-rogação, os sub-rogados simplesmente passaram a atualizar o débito de forma ficta, sem qualquer discussão acerca dos valores e tampouco da novação realizada.

Veja que não só a documentação acostada pelo embargante nos autos comprova a existência da novação da dívida, mas também os próprios termos referentes ao acordo celebrado (...)

(...)

É imperioso destacar também que os embargados não negam a existência da renegociação, mas, pelo contrário, confirmam, conforme manifestação de id. 2967091, pág. 3, se limitando a dizer que os "descontos" não são transferidos aos executados e a manifestação de id. 4085800, pág. 4, na qual o embargado simplesmente nega que havia sido beneficiado pela novação, quando somente pagou 30% do débito que agora postula, em franca tentativa

de enriquecimento sem causa.

Ora, como a renegociação aproveitaria somente os sub-rogados se fora celebrada pela própria cooperativa? A novação atinge e modifica o próprio negócio jurídico, assim não se afigura legítima a pretensão dos embargados no sentidos de que foram "meros descontos", quando decorrentes da própria farta e robusta legislação atinente ao tema: conforme já mencionado, a renegociação é inclusive direito da cooperativa devedora e dos cooperados, afinal não decorre da simples vontade do credor, mas sim da própria lei.

Que espécie de desconto é esse em que há renúncia do credor originário em 70% do valor do débito? Evidentemente que não se trata de um simples desconto, mas sim de uma renegociação de dívida em decorrência da legislação vigente, como já destacado.

Deve-se destacar que a situação excepcional dos aclaratórios em aclaratórios se justifica em razão da necessidade de ser considerado no julgamento a renegociação da dívida, circunstância ímpar que modifica a conclusão adotada pelo julgador.

Por conseguinte, não restam dúvidas de que a novação modificou o valor da dívida executada, razão pela qual o valor da execução deverá ser alinhado à novação, prosseguindo então a intimação do embargante para remir a dívida pelo valor correto.

Ocorre que o Tribunal de origem rejeitou os embargos de declaração, afirmando suficiência de fundamentos, deixando de apreciar de forma específica as alegações do embargante, as quais podem alterar substancialmente o resultado do julgamento, donde a ofensa ao artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos para que o Tribunal de origem supra as omissões acima anotadas. Por conseguinte, ficam prejudicadas as demais questões.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora